Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia

A cobrança de mensalidades nas universidades federais pode gerar justiça social?

Americo Nobre G. F. Amorim
Escribo Inovação para o Aprendizado
americo@escribo.com

Este artigo trata do atual debate em torno do ensino superior no Brasil. O contexto do debate envolve uma grave recessão econômica, com cortes orçamentários governamentais e crises políticas. Entre as questões debatidas está a possibilidade de cobrar taxas aos estudantes de classe média nas universidades federais. Esse dinheiro poderia ser usado para aumentar o financiamento de outras políticas educacionais. Adotando um caso pragmático e tomando elementos de múltiplas correntes e teorias de coalizão, o artigo propõe que essa política poderia ter sucesso se ligada a outra mudança que está em debate: criar um programa de vouchers escolares focado na educação infantil e no ensino fundamental (K-12) para famílias de baixa renda. As coalizões de defesa que promovem mudanças na educação superior, que incluem professores das universidades federais e executivos das universidades privadas, estão entre os que apoiam cobranças a estudantes. A coalizão pela educação infantil e pelo ensino fundamental (K-12), que inclui fundações privadas, gestores de escolas particulares e parte das universidade federais, também pode estar interessada no debate se alguma parcela da nova receita que viria dos estudantes pudesse ser usada no setor de ensino fundamental e médio. O artigo conclui propondo que cobrar dos estudantes de ensino superior pode resultar no financiamento de um programa de vouchers escolares que beneficiaria as famílias de baixa renda, permitindo-lhes aumentar o desempenho acadêmico de seus filhos e abrir caminho para oportunidades futuras.

Palavras-chave: educação infantil, ensino fundamental, ensino público, ensino privado, justiça social.

Abstract: This essay presents a summary of the annotated bibliography. It starts with the motivation and the description of the problem of practice, which is the low levels of student achievement in literacy among early grade students in Brazil. Then it presents an overview of the contributions that multiple disciplines brought to the understanding of the POP. A historical perspective emphasized the importance of literacy textbooks in a context where teachers lack pedagogic training. An anthropological perspective revealed that sometimes Brazilian teachers pretend to comply with new methodological approaches but in reality, they keep teaching in the older ways. A sociological approach exposed the socioeconomic and racial inequalities faced by early literacy students. Finally, an economics perspective presented evidence of improvement in health conditions and income for families with illiterate parents when their children learn to read and write. Then the text shows the categories used to group the underlying causes (school, family, teacher, and student) and includes a brief overview of the relevant factors. The conclusion includes a synthesis that shows each factor's level of importance and feasibility for dThis paper deals with the current debate surrounding the higher education sector in Brazil. The context in which the debate is happening

involves a grave economic downturn, with governmental budgetary cuts and political crisis. Among the issues debated is the possibility to charge middle-class students in the federal universities. This money could be used to increase funding for other education policies. Adopting a pragmatic instance and drawing from elements of the multiple streams and advocacy coalition theories, the paper proposes that such policy might succeed if tied to another change that is under the debate: providing a K-12 voucher program for low-income families. The advocacy coalitions promoting higher education changes, which includes faculty from the federal universities and private universities executives are among those who support charging students. The K-12 coalition which includes private foundations, private school managers and part of the federal university faculty might also be interested in the debate if some portion of the new revenue that would come from the students might be used in the K-12 sector. The paper concludes proposing that charging higher educations students could be tied to funding a voucher program which would benefit low-income families by allowing them to increase their children academic achievement and future opportunities.

Keywords: K-12, social justice, public education, private education, Brazil

Uma análise das políticas de ensino superior

O governo federal brasileiro regula fortemente o ensino superior por meio do Ministério da Educação (MEC) [1], que tem autoridade exclusiva para regulamentar instituições de ensino superior públicas e privadas. O Ministério está encarregado de examinar as solicitações de novas instituições que planejam oferecer cursos de ensino superior e de faculdades quando planejam iniciar novos programas acadêmicos. Os processos atuais para aprovação para cada curso e instituição são tratados por especialistas selecionados pelo MEC [2].

As melhores instituições de ensino superior no Brasil são as universidades federais, financiadas pelo MEC. Seus professores e funcionários são funcionários públicos que recebem estabilidade após três anos após aprovação do estágio probatório. As 66 universidades federais estão espalhadas pelo país e consomem cerca de R$ 8 bilhões por ano para atender 1,1 milhão de estudantes [3].

Alguns estados brasileiros também têm universidades estaduais que respeitam à regulamentação federal. Universidades federais e estaduais não cobram seus alunos, a entrada é garantida para os alunos com as melhores notas de acordo com as médias do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) [4]. Uma política de ação afirmativa está em vigor em muitas universidades públicas, nas quais 50% dos estudantes aprovados vêm de minorias étnicas ou cursaram os ensinos fundamental e médio em escolas públicas.

O setor de ensino superior privado foi aberto na década de 1990. As instituições privadas começaram a aumentar em ritmo acelerado nos anos 2000, quando o governo federal instituiu duas novas políticas de ensino superior. O Programa Universidade Para Todos (Prouni), da modalidade vouchers escolares, foi introduzido para pagar as mensalidades e outros custos de estudantes de baixa renda que queriam se matricular em uma universidade particular. O orçamento do Financiamento Estudantil (FIES), um programa de empréstimos que já existia, também começou a crescer. De 2003 a 2014, o número de alunos apoiados pelo FIES aumentou de 50.000 para 663.396 [5].

Os empréstimos para o ensino superior são uma parte importante da política educacional em muitos países, mas no Brasil eles são particularmente necessários porque o acesso ao crédito é muito restrito. As

taxas de juros brasileiras são muito altas - as empresas de cartão de crédito, por exemplo, cobram juros anuais de 233% [6]. O FIES foi fundamental para aumentar o acesso de estudantes ao ensino superior.

Outro efeito da expansão do FIES foi um crescimento robusto das instituições privadas de ensino superior. Na década de 2010, esse setor passou por uma intensa onda de compras e fusões, o que resultou em grandes conglomerados nacionais de faculdades como Kroton, Estácio e Ânima [7]. Instituições internacionais como Devry e Laureate também entraram no mercado do país, comprando faculdades e universidades locais [8].

No entanto, em 2015, o Brasil entrou em uma grave crise econômica [9]. O governo federal sofreu um enorme déficit, e os legisladores aprovaram uma lei que congelou os gastos do governo nos próximos 20 anos [10]. Os investimentos do governo federal em universidades federais caíram 62% de 2015 a 2017, e as despesas operacionais também foram cortadas em 16% no mesmo período [11]. A educação privada também foi afetada pela recessão e, em 2016, o número de matrículas em instituições privadas caiu 4% [12].

O debate atual

As restrições orçamentárias do Ministério da Educação e as dificuldades enfrentadas pelas universidades privadas para atrair e reter estudantes neste momento desafiador estão moldando o atual debate no Brasil. Adotando a estrutura de múltiplos fluxos (*multiple-streams framework*) [13], observa-se que a restrição orçamentária é o fator que está guiando as mudanças. Os recursos reduzidos afetam o Ministério da Educação e também as universidades privadas, pois o financiamento para o Prouni e o FIES também enfrenta restrições. O fato de 60% dos estudantes em universidades públicas serem de famílias de classe média e média-alta também faz parte do contexto atual [3].

Entre os fluxos de políticas públicas cogitadas estão várias idéias surgidas ao longo dos anos, como a cobrança de mensalidades de estudantes de classes média e alta em universidades públicas. Essa ideia existe há muito tempo e foi apontada recentemente em um estudo do Banco Mundial como uma maneira de reduzir os gastos do governo sem prejudicar os cidadãos mais pobres [14]. De acordo com o Banco Mundial, esses estudantes poderiam se beneficiar de um empréstimo e pagar as mensalidades depois de se formarem e começarem a trabalhar.

Muitas outras ideias de políticas públicas estão relacionadas ao aumento da produtividade e responsabilização das universidades públicas. Essas propostas incluem a introdução de relógios de ponto biométricos para controlar a equipe, a terceirização de algumas atividades e o congelamento de salários de professores e funcionários. Muitas propostas de políticas de prestação de contas poderiam ser facilmente introduzidas porque algumas delas já estão na legislação, mas o Ministério nunca as colocou em prática, como o relógio de ponto para os funcionários [15].

O contexto político brasileiro atual é particularmente complexo, já que o país está sob uma crise política desde 2014. A Operação Lava-Jato descobriu que muitos funcionários do governo receberam propinas, o que resultou na prisão de ex-funcionários, diretores executivos de grandes empresas de construção e o impeachment da presidente brasileira em 2016 [16]. Após o impeachment, o vice-presidente assumiu o cargo principal mas também foi acusado de aceitar suborno e obstruir uma investigação judicial [17].

A COBRANÇA DE MENSALIDADES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PODE GERAR JUSTIÇA SOCIAL?

Como as eleições nacionais ocorreram em outubro de 2018, não se esperava que no ano passado ocorressem mudanças drásticas como a cobrança de mensalidades de famílias de classe média. No entanto, estão sendo introduzidas medidas de responsabilização como os relógios de ponto e a terceirização, mudanças que estão criando um forte debate em muitas instituições.

Principais partes interessadas

O debate brasileiro sobre educação superior gerou uma agitação em diversos interessados: professores das universidades federais, funcionários do Ministério da Educação, legisladores federais e executivos de universidades privadas estão entre os grupos mais influentes envolvidos no debate. O corpo docente das universidades federais está entre as partes interessadas mais relevantes, não porque seja composto de professores, mas porque ocupa muitos cargos no Ministério da Educação, no conselho nacional de educação e think tanks. Muitos desses docentes adquiriram um forte capital científico [18] e usaram seu prestígio e autoridade social para influenciar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas. Esses docentes têm fortes conexões com a mídia e são tratados como especialistas pelo cidadão brasileiro médio e por alguns legisladores federais.

Os legisladores federais são relevantes para o debate atual, pois mudanças estruturais na política de ensino superior, como a cobrança de mensalidades de estudantes de renda média e alta, precisam ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado brasileiros. A reputação desses grupos de legisladores é muito baixa, com 60% dos brasileiros considerando-os representantes ruins ou péssimos [19]. Esses políticos podem se beneficiar da legislação e promovê-la como benéfica para seu eleitorado. Devido às recentes descobertas sobre a corrupção entre a maioria dos legisladores federais [20], pode-se esperar que eles atuem sob a influência de grandes corporações e universidades privadas.

As universidades privadas também estão entre as partes interessadas mais poderosas, pois atendem a 75% dos estudantes do ensino superior brasileiro [12] e possuem recursos para influenciar políticas públicas e representantes políticos. Entre os interesses delas estão a expansão dos programas Prouni e FIES e a redução da regulamentação e da burocracia exigidas por esses programas. Um bom exemplo dessa influência foi uma mudança implementada em 2017 que reduziu as exigências para instituições privadas que queriam abrir novos cursos [21].

Com relação à questão de cobrar mensalidades em universidades públicas, é fácil prever como uma coalizão pode ser formada em torno desta proposta. Grupos mais pragmáticos de gestores poderiam ver isso como uma forma para receber parte do valor das mensalidades e investir em melhorias nas universidades e no aumento de salários. Os funcionários do Ministério da Educação poderiam se beneficiar de um novo fluxo de receita para criar e implementar novas políticas e iniciativas.

As instituições privadas provavelmente também apóiam a ideia, porque se as universidades públicas começarem a cobrar de estudantes de renda média e alta, elas perderão uma de suas principais vantagens competitivas, a gratuidade. Se os estudantes precisarem pagar, eles podem preferir uma instituição privada, pois algumas oferecem a mesma qualidade e têm melhor infra-estrutura física e equipamentos do que as universidades públicas. Atrair estudantes de classe média é a estratégia de muitas instituições privadas, como algumas delas devem lidar com um fator de risco muito forte, que é depender do Prouni e FIES para o desenvolvimento de suas atividades para a maioria dos alunos já matriculados.

Outros grupos também podem se interessar por essa mudança de política pública, como os que defendem o investimento de mais recursos públicos na educação infantil e no ensino fundamental (*K-12*). Os participantes desse grupo incluem docentes de algumas universidades federais, fundações privadas de famílias ricas, os prefeitos das 5.570 cidades brasileiras, os governadores dos 26 estados brasileiros e sindicatos, que juntos representam 5,7 milhões de professores e funcionários da educação infantil e do ensino fundamental (*K-12*). Esse grupo pode alimentar a crença política de que o governo federal investe demais no ensino superior e que essa prioridade diminui o dinheiro disponível para as escolas municipais e estaduais de ensino fundamental e médio.

Os grupos voltados à educação infantil e ao ensino fundamental (*K-12*) talvez possam compartilhar a ideia de que, ao cobrar mensalidades de estudantes universitários públicos, essas instituições poderão se tornar autossuficientes. Isso permitiria que o Ministério da Educação realocasse uma parcela significativa de seu orçamento para melhorar as escolas infantis e de ensino fundamental. Essa melhoria poderia ocorrer pela transferência desses recursos por meio de políticas já existentes, pelas quais o governo federal direciona dinheiro para os sistemas escolares da educação básica.

Entre os que podem se opor à proposta, está o grupo que une os sindicatos de professores das faculdades de ensino superior, os sindicatos de docentes universitários federais e os partidos à esquerda do espectro político. Esse grande grupo compartilha uma profunda crença de que o Estado é responsável por apoiar seus cidadãos e também acredita que na liberdade e autonomia das universidades públicas e de seus professores. Os sindicatos de docentes das universidades federais tendem a se opor à políticas que aumentam o controle sobre as suas universidades. Os estudantes pagantes certamente têm mais desejo e poder para exigir punições para professores que faltam às aulas ou que não dão aulas de qualidade.

Muitos sindicatos e partidos políticos costumam se opor à idéia das mensalidades porque veem as universidades federais como territórios onde podem recrutar novos membros. Os estudantes pagantes geralmente estão menos interessados em debates políticos e mais focados em obter seus diplomas o mais rápido possível. Esse foco na conclusão do curso vem do fato de que esses estudantes pagarão menos se ficarem menos tempo na universidade e tiverem mais oportunidades de emprego quando se formarem.

Devido à crença num embate entre “bem e mal” (*devil shift phenomena*) [13], espera-se que sindicatos de professores, diretórios de estudantes e partidos políticos de esquerda se unam, já que tendem a perceber que os grupos de ensinos básico e superior privados são mais poderosos do que são. Os grupos de ensino infantil, fundamental, médio e superior privados também tendem a se unir, já que temem os danos que os sindicatos e os partidos de esquerda podem causar na discussão. Uma maneira pela qual os sindicatos podem afetar o debate é lançando uma greve, algo que eles já vêm fazendo nas últimas décadas, paralisando as universidades federais e atrasando o calendário acadêmico por até seis meses.

O impasse relativo à cobrança nas universidades federais pode mudar nos próximos meses, já que o novo presidente da república vem defendendo mudanças no sistema educacional. É um momento atípico, já que muitos políticos tradicionais foram condenados pela Operação Lava-Jato. Um bom exemplo é o ex-presidente e líder popular Lula, que foi condenado por lavagem de dinheiro e suborno e foi preso no dia 7 de Abril de 2018 [22]. Sem esses atores tradicionais, novos nomes já estão surgindo e propondo políticas diferentes.

Esses novos atores políticos [13] podem impulsionar a questão do acesso desigual às universidades públicas ao nível macropolítico. Por exemplo, o então candidato à presidência João Amôedo expressou que as universidades públicas devem cobrar dos estudantes que podem pagar e também a idéia de fornecer um programa de vouchers escolares para a educação infantil e o ensino fundamental (*K-12*) no Brasil [23]. Essas visões políticas podem ficar mais fortes quando os grupos políticos atuantes conseguirem mudar a imagem da política, tornando-a atraente para a maioria da população, que é formada por famílias de baixa renda, e também se fizerem políticas mais atrativas para as famílias de classe média.

Resultados da Justiça Social

A discussão sobre a cobrança de estudantes de universidades públicas faz parte do debate mais amplo sobre as prioridades que o Ministério da Educação deve definir em relação às suas despesas no ensino básico e superior. Mais atenção e recursos para as escolas de ensino infantil, fundamental e médio podem promover a justiça social. Pesquisas anteriores, por exemplo, demonstraram que as famílias cujos pais são analfabetos vêem um aumento de 10% em seus salários quando um de seus filhos se torna alfabetizado [24]. A escolaridade também estava relacionada a hábitos mais saudáveis entre famílias de baixa renda [25].

Infelizmente, as escolas brasileiras enfrentam sérios desafios, como os baixos níveis de desempenho dos alunos em leitura e escrita. Na terceira série, cerca de 70% dos alunos não aprendem a ler como o esperado [26]. Vários governos federais nos últimos 20 anos desenvolveram políticas para aumentar o acesso ao ensino e a qualidade das escolas públicas. Foram realizados investimentos para a distribuição de livros escolares [27], formação profissional continuada dos professores [28], aumento dos salários e melhorias na infraestrutura física das instituições [29].

O investimento em escolas voltadas à educação infantil e ao ensino fundamental (*K-12*) cresceu significativamente nos últimos 20 anos. Porém, os resultados de aprendizado permaneceram estáveis. É ingênuo imaginar que mais dinheiro significa melhor educação para as crianças de famílias de baixa renda que precisam estudar na rede pública. Para melhorar significativamente as escolas públicas, além de dinheiro, várias outras mudanças seriam necessárias. Mais transparência, melhorias nas práticas de ensino-aprendizagem e apoio social às famílias mais pobres estão entre as medidas necessárias.

Se mais dinheiro for gasto no sistema atual, provavelmente uma grande parte desse investimento acabaria sendo perdida em “políticas da moda”, aquelas que são implementadas pelor prefeitos e governadores para parecerem ótimas notícias, mas não são projetadas nem executadas para trazer resultados efetivos. Infelizmente é muito difícil fazer mudanças significativas nos processos internos das escolas públicas municipais e estaduais atuando no âmbito do governo federal.

No entanto, a nova política de cobrar mensalidades em universidades federais poderia gerar justiça social se houvesse uma maneira de transferir o novo dinheiro que viria das taxas de ensino diretamente para as famílias de baixa renda. Evitar o intermediário (neste caso, governos estaduais e municipais) demonstrou ser o fator chave para o sucesso do Bolsa Família. Essa política transfere dinheiro diretamente do governo federal para as contas bancárias de famílias em situação de baixa renda. O Bolsa Família foi apontado como uma política com uma boa relação entre custo e benefício, capaz de promover a justiça social,

erradicando a fome e promovendo a economia local em regiões de baixa renda do Brasil, como o campo e áreas suburbanas [30].

Usando o conceito do Bolsa Família, os agentes políticos escolares da educação básica junto com grande parte dos grupos de ensino superior privado, poderiam propor um programa de voucher escolar financiado pelas taxas de matrícula das universidades federais. Esses recursos seriam distribuídos diretamente às famílias que recebem o Bolsa Família, permitindo que seus filhos se matriculem em uma escola particular de sua escolha. A matrícula em escolas particulares poderia produzir grandes ganhos para essas famílias, já que seus filhos se beneficiariam de uma educação significativamente melhor em comparação às escolas públicas [26]. Quando essas crianças amadurecessem, elas poderiam competir melhor pelas graduações mais concorridas como Medicina e Direito, áreas de atuação que geram renda mais alta no Brasil.

Uma oportunidade política parece estar aberta para a cobrança de mensalidades no ensino superior. Com a ampla promoção, uma boa campanha publicitária e amplo debate sobre a questão, os grupos apoiadores poderiam reduzir a rejeição vinda da classe média.

Um aspecto que merece atenção neste contexto é como definiremos quais famílias pagarão pelas matrículas de seus filhos nas universidades federais. Se usarmos apenas a renda familiar como a única variável, podemos estar criando desigualdade, pois famílias com salários semelhantes têm gastos diferentes. Por exemplo, algumas famílias gastam muito para pagar cuidados de saúde dos idosos, o que torna o orçamento muito mais apertado em comparação com as famílias que têm um salário semelhante, mas que não têm tais custos. Outro exemplo são as famílias que têm casa própria e as que vivem de aluguel. É preciso prestar muita atenção nesses detalhes.

Referências

[1] Presidência da República. (1996). *Lei nº 9.394 de 1996*. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm

[2] Presidência da República. (2004). *Lei nº 10.861 de 2004*. Brasília, DF: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf

[3] Ministério da Educação. (2014a). *Censo da educação superior*. Brasília, DF: Disponível em: http://portal.inep.gov.br/inep-data

[4] De Castro, M., &Tiezzi, S. (2004). A reforma do ensino médio e a implantação do enem no brasil. *Desafios, 65*(11), 46-115. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/desafios/4ensinomedio.pdf

[5] Ministério da Educação. (2014b). *A democratização e expansão da educação superior no país2003 – 2014*. Brasília, DF: Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192

[6] Tokarnia, M. (2018, 01/29/). Cresce taxa de juro anual no crédito rotativo para quem paga o mínimo. *AgênciaBrasil.* Disponível em:

http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-01/cresce-taxa-de-juro-anual-no-credito-rotativo-para-quem-paga-o-minimo

[7] Segalla, A., & Mendes, J. J. (2017, 12/05/). Conheça as empresas da área de educação que ensinam e dão lucro. *Jornal Estado De Minas.* Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/12/05/internas_economia,921982/conheca-as-empresas-da-area-de-educacao-que-ensinam-e-dao-lucro.shtml

[8] Santos, M. H. S. (2017). Fusões e aquisições como estratégia de crescimento no mercado de educação superior no Brasil nas companhias de capital aberto. *Revista Gestão E Planejamento, 17*(3). Disponível em: http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/download/4504/3089

[9] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Contas nacionais trimestrais.* Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que-e

[10] Alessi, G. (2016, 12/13/). Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html

[11] Toledo, L. F., &Formenti, L. (2017, 08/31/). Orçamento das universidades federais cai R$ 3,4 bilhões em três anos. *Estadão Conteúdo.* Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2017/08/31/orcamento-das-universidades-federais-cai-r-34-bilhoes-em-tres-anos.htm

[12] Palhares, I., & Toledo, L. F. (2017, 08/31/). Com crise, cai número de alunos na rede particular de ensino superior no país. *O Estado De S. Paulo.* Disponível em: http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,com-crise-cai-numero-de-alunos-na-rede-particular-de-ensino-superior-no-pais,70001957789

[13] McLendon, M. K., Cohen-Vogel, L., &Wachen, J. (2014). Understanding education policy making and policy change in the american states. In B. S. Cooper, J. G. Cibulka& L. D. Fusarelli (Eds.), *Handbook of education politics and policy*. New York, NY: Routledge.

[14] Estado de Minas. (2017, 11/21/). Banco mundial sugere fim do ensino superior gratuito no brasil. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/11/21/internas_economia,918285/banco-mundial-sugere-fim-do-ensino-superior-gratuito-no-brasil.shtml

[15] Tribunal de Contas da União. (2017, 12/27/). Universidades e hospitais universitários federais deverão adotar controle eletrônico de ponto. Disponível em: http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/universidades-e-hospitais-universitarios-federais-deverao-adotar-controle-eletronico-de-ponto.htm

[16] Watts, J. (2017b, 06/01/). Operation car wash: Is this the biggest corruption scandal in history? *The Guardian.* Disponível em:

https://www.theguardian.com/world/2017/jun/01/brazil-operation-car-wash-is-this-the-biggest-corruption-scandal-in-history

[17] Watts, J. (2017a, 05/19/). Brazil president formally accused of conspiracy against corruption inquiry. *The Guardian.* Disponível em: https://www.theguardian.com/world/2017/may/19/brazil-president-michel-temer-corruption-conspiracy-accusation

[18] Bourdieu, P. (1975). The specificity of the scientific field and the social conditions of the progress of reason. *Social Science Information, 14*(6), 19-47. doi:10.1177/053901847501400602

[19] Correio do Estado. (2017, 12/06/). Congresso nacional tem avaliação negativa recorde. Disponível em: https://www.correiodoestado.com.br/brasilmundo/congresso-nacional-tem-avaliacao-negativa-recorde/316889/

[20] EstadãoConteúdo. (2017, 04/16/). Delação da odebrecht cita 415 políticos de 26 partidos. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/delacao-da-odebrecht-cita-415-politicos-de-26-partidos/

[21] G1. (2017, 05/26/). MEC facilita abertura de cursos EaD e prevê uso em 'situações emergenciais' na educação básica. Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-facilita-abertura-de-cursos-superiores-a-distancia-e-preve-uso-na-educacao-basica.ghtml

[22] Prazeres, L., & Rebello, A. (2018, Apr 08). Fim de linha? *Uol.* Disponível em: https://www.uol/noticias/especiais/impacto-lula-prisao.htm#tematico-1

[23] Weterman, D. (2018, March 22). Defendemos o que precisa ser feito, diz Amôedo, cuja bandeira é o livre mercado. *Estadão Conteúdo.* Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/03/22/defendemos-o-que-precisa-ser-feito-diz-amoedo-cuja-bandeira-e-o-livre-mercado.htm

[24] Ribeiro, F. G., & Cechin, L. A. (2012). As externalidades da alfabetização podem gerar uma porta de saída de curto prazo da pobreza para os beneficiários do bolsa família? *Revista De Economia, 38*, 127-148. doi:10.5380/re.v38i2.29949

[25] Ribeiro, F. G., & Carraro, A. (2014). Tabagismo e externalidades da alfabetização no Ceará. *Revista De Economia, 40*, 150-172. doi:10.5380/re.v40i2.38238

[26] QEdu. (2017). Aprendizado dos alunos: Brasil.

[27] Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2016). *Dados estatísticos do PNLD*. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos

[28] Ministério da Educação. (2017). *Documento orientador do pacto nacional pela alfabetização na idade certa*. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B5qjs2mwNPouS2xRVGd5cWFuSHM/view

[29] Neto, J. J. S., de Jesus, G. R., Karino, C. A., & de Andrade, D. F. (2013). Uma escala para medir a infraestrutura escolar. *Estudos Em Avaliação Educacional, 24*(54), 78-99. doi:10.18222/eae245420131903

[30] Senna, M., Burlandy, L., Monnerat, G. L., Schottz, V., & Magalhães, R. (2007). Programa Bolsa Família: Nova institucionalidade no campo da política social brasileira. *Revista Katalysis, 10*(1), 86-94. Disponível em: https://goo.gl/QJqndN